

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS.**

**MRX TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.754.099/0001-30, com sede na Rua Potiguaras, nº 168, 1º andar, Centro, Cidade de Tupã, CEP: 17600-110, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Sócio Marcelo Luis Saran Felipin, brasileiro, solteiro, portador da CI RG nº 20.818.231-7, inscrito no CPF MF sob o nº 096.096.988-83, residente e domiciliado na Rua Rui Wagner Garcia, nº 50, Vila das Indústrias, Cidade de Tupã, CEP: 17604-190, Estado de São Paulo, vem, respeitosamente, perante V. Sa., no Processo nº 29.529/2021 referente ao Pregão Eletrônico nº 052/2021, com fundamento no art. 41 e seu §2º da Lei nº 8.666/1993, apresentar

**IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Que tem como objeto a contratação de empresa especializada em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

**I - DO OBJETO**

O Pregão em epígrafe tem por objeto a *“contratação de empresa especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral, discriminados no Termo de Referência Anexo I a este Termo”*, conforme previsão constante do cabeçalho do Edital (objeto).

Da análise do edital, verificou-se a presente de ilegalidades, incorretudes e incoerências que maculam o processo licitatório, devendo o mesmo ser considerado nulo de

plano, posto que contrariam disposições constitucionais, infraconstitucionais, a jurisprudência das Cortes de Contas, bem como os princípios que regem as boas práticas administrativas em todas as esferas federativas.

## **II - TEMPESTIVIDADE**

O item 1.9 do Edital estabelece o prazo de impugnação do Edital de Pregão Eletrônico n. 052/2021, o qual deverá ser dirigido ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para **a abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: pregaorg@gmail.com.

Assim, tendo em vista a data do presente protocolo, temos que, tempestiva referida impugnação.

## **III - DO PARECER JURÍDICO FUNDAMENTADO**

No presente caso, a resposta a presente impugnação deverá se dar através da apresentação de parecer jurídico fundamentado pelo corpo jurídico do Município (funcionários de carreira), posto que as questões ora discutidas, se não corrigidas, poderão gerar danos aos cofres públicos, o que poderá inclusive responsabilizar os gestores municipais e a Comissão de licitações.

Isso posto, requer não só com base no princípio da motivação dos atos administrativos, mas também pela vinculação dos pareceres jurídicos que a presente impugnação seja respondida fundamentada em parecer jurídico de servidor de carreira, de acordo com a previsão da Lei de Licitações.

## **IV – DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE**

A presente Impugnação administrativa objetiva afastar do Edital em epígrafe, exigências feitas em total **desacordo com os princípios que regem as licitações públicas**, em especial a busca pela contratação **mais vantajosa à administração pública**.

O edital afronta diretamente o Princípio Constitucional da Impessoalidade (art. 37, *caput*, Constituição Federal), posto que há indícios de eventual direcionamento do objeto a

uma única empresa.

O fato é suficiente para anular o procedimento licitatório, pois o direcionamento das exigências técnicas conduz à exclusão de uma série de empresas que teriam condições de executar os serviços almejados pelo Município de Rio Grande, limitando a competitividade e prejudicando o ente público, que não conseguira atingir a melhor proposta.

## **V - DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Os anexos do termo de referência do edital impugnado restringem, a competitividade da licitação, impedindo a participação de um universo maior de competidores, ao exigir atestados de capacidade técnica com exigências exorbitantes, *in verbis*:

### **3.9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA EXIGIDA DAS PROPONENTES PARA RESGUARDO DO EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

**3.9.1** Para a mínima segurança da contratação, nos termos da legislação vigente, deverá ser solicitada aptidão e experiência mínima e anterior através da seguinte documentação:

a) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por entidade pública ou privada, comprovando que a proponente implantou e/ou que mantém em funcionamento sistema de computação em nuvem, similar e compatível com o objeto desta licitação, pelo menos nas seguintes áreas de maior relevância:

#### **PARA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

Planejamento e Orçamento, Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas, Controle Interno, Pessoal e Folha de pagamento, Segurança e Saúde do Servidor, Estágio Probatório, Avaliação de Desempenho, Recrutamento e Seleção, Treinamento e Desenvolvimento, Ponto eletrônico, Compras e licitações e Contratos, Patrimônio, Almoxarifado, Controle de frotas e combustíveis, Procuradoria, Legislação, Portal da Transparência, Portal de serviço e autoatendimento, Portal Institucional, Processo digital, Ouvidoria, Diário Oficial Eletrônico, Serviços Públicos, Gestão Ambiental, Fiscalização fazendária, Simples Nacional, Escrita fiscal eletrônica, ISS Bancos, Nota fiscal eletrônica de serviços, Gestão da Arrecadação, Gestão de Tributos de competência municipal (IPTU, ITBI, ISSQN e taxas), Gestão de Receitas Diversas, Contribuição de Melhoria, Gestão de Obras e posturas, Gestão de Cemitérios, Gestão da Dívida ativa, Domicílio Eletrônico do Contribuinte, APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento), Indicadores de Gestão e Gestão Eletrônica de Documentos – GED.

#### **PARA O SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL:**

Cadastrados Nacionais e Agendamentos, Faturamento, Ambulatório, Farmácia, Laboratório, Ecografia, E-SUS (Atenção Primária), Autorização de Internação Hospitalar (AIH), Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC), Imunizações, Acesso Móvel Paciente, Acesso Móvel ACS, CAPS, Atendimento Hospitalar e Atendimento Social.

A exigência editalícia indica um direcionamento injustificado a uma empresa que já dominam o mercado e, por isso mesmo, ilegal, contrariando orientações dos Tribunais:

*MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. ILEGALIDADES NO EDITAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DESPROVIMENTO DA*

*APELAÇÃO. A exigência, no edital, de comprovação técnica na prestação de serviços funerários em município com mais de 200 mil habitantes, é manifestamente ilegal, pois os serviços seriam concedidos a 06 (seis) empresas, as quais caberia, portanto, executar um sexto do contrato, sendo **exagerado e abusivo condicionar a participação dos licitantes a prova de capacitação técnica correspondente a totalidade da população do município**. Segundo Marçal Justen Filho, há enorme risco de que a exigência de certificação ISO represente uma indevida restrição ao direito de participar da licitação, pois nenhuma lei condiciona o exercício de alguma atividade à sua obtenção. (TJSC, Apelação / Reexame Necessário n. 0304479-98.2016.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Ronei Danielli, Terceira Câmara de Direito Público, j. 22-05-2018)*

Para fins de restringir a competitividade, deve a Administração Pública disponibilizar justificativa formal e bastante no processo administrativo. Ocorre que não há nenhuma justificativa técnica, carecendo o processo da devida motivação do ato administrativo necessária.

Tal exigência, destituída de qualquer justificativa técnica, contraria, assim, a expressa vedação do art. 7º, §5º da Lei nº. 8.666/93:

*Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:*

*5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato*

*convocatório.*

*§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.*

Sendo assim, afigura-se viciado o edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da legalidade, da amplitude na participação, finalidade e na razoabilidade, bem como todos seus corolários, devendo ser anulado.

## **VI – DA INDEVIDA AGLUTINAÇÃO DO OBJETO**

O edital e termo de referencia, indevidamente promovem a aglutinação do objeto do certame, sem promover nenhuma justificativa plausível para o ato. Confira-se o objeto:

*“contratação de empresa especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral”.*

Ocorre que, a Lei nº. 8.666/93, estabelece que é obrigatório a divisão do objeto licitado, sempre que for possível, a fim de aumentar a competitividade, para ser possível garantir o melhor aproveitamento dos recursos do ente público, atingindo a melhor oferta do mercado.

Com base no art. 23, §1º, do Tribunal de Contas da União - TCU sumulou o entendimento abaixo:

***Súmula 247** - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de*

*habilitaçãoadequar-se a essa divisibilidade.*

O Tribunal de Contas da União<sup>1</sup>, já pacificou o entendimento de que é irregular a licitação que possui objeto muito amplo, o que levaria a restrição da competitividade.

Com efeito, note a título exemplificativo o Acórdão 1.895/2010 – Plenário, pelo qual determinou à Fundação Universidade do Amazonas que, doravante, em futuros procedimentos licitatórios, efetue o parcelamento do certame quando os serviços forem distintos, a exemplo de “serviços de conservação e limpeza” e “serviços de transporte de resíduos sólidos inertes”, o que se assemelha ao presente caso.

Em decisão recente dessa Corte de Contas aduz:

*“há que se lembrar, que os serviços técnicos, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática, devem ser divididos por área, visto que o mercado atua de forma segmentada por especialização e, desse modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.*

(...)

*9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;” (Acórdão n.º 1214/2013 – Plenário).<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Acórdão n.º. 1.830/2010 - TCU – Plenário. Data do Julgamento: 28/07/2010. Relator: Augusto Sherman Cavalcanti; TCU. Acórdão n.º 1644/2010-Plenário, TC-009.804/2009-8, rel. Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 14.07.2010; TCU. Acórdão 1.895/2010- Plenário. DJ: 04/08/2010

<sup>2</sup> <https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=ACORDAO-LEGADO->

Evidente que , quanto maior a especialização do objeto maior a necessidade de parcelamento, tendo em vista a necessidade de ampliação da competitividade e contratação da proposta mais vantajosa. Assim decidiu o TCU no Acórdão nº. 1.403/2016 – Plenário, ao definir que **“o parcelamento do objeto deve ser adotado na contratação de serviços de maior especialização técnica, sendo desnecessário nos serviços de menor especialização”**.

Em outra oportunidade, o TCU julgou procedente denúncia que impugnava a ausência de parcelamento do objeto em pregão realizado com recursos federais:

***Ausência de parcelamento do objeto: fornecimento de sistema informatizado com código aberto, transferência de tecnologia, implantação do produto e sustentação do sistema.***

*Denúncia formulada ao TCU apontou supostas irregularidades no Pregão Presencial n.º 118/2009, deflagrado no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, cujo objeto era a aquisição de “Solução de Informação Hospitalar Integrada ao Sistema de Registro Eletrônico de Saúde para Atenção Integral”, a ser implantada em seis hospitais federais no Rio de Janeiro. Entre as questões levantadas na denúncia, destacava-se o cerceamento à competição, “em virtude da ausência de divisão do objeto do certame em lotes, o que permitiria a participação de um número maior de licitantes”, isso porque a licitação abrangia dois itens bem distintos: 1) “fornecimento de um sistema que atenda previamente aos requisitos técnicos funcionais”, com transferência de propriedade para o Ministério da Saúde; e 2) prestação de serviços especializados, quais sejam: transferência de tecnologia, implantação do produto e sustentação do sistema nos hospitais. De acordo com a unidade técnica, ao se abranger na mesma adjudicação tanto o item 1 quanto o item 2, “cria-se uma situação de dependência tecnológica com a empresa que vencer a licitação”, fugindo-se “ao*

---

114467&texto=2b434f4c45474941444f253341253232504c454e4152494f2532322b414e442b2b2532384



*propósito da aquisição do sistema com código aberto e transferência de tecnologia, que permitiria que outros, que não o criador do código, pudessem construir e modificar em cima do código adquirido, conforme a necessidade do Ministério”. No entender da unidade instrutiva, a transferência de tecnologia seria o único serviço que não poderia tecnicamente ser desvinculado do fornecimento do sistema, entendimento que contou com a anuência do relator. A corroborar a afirmativa da unidade técnica de que o primeiro item, aquisição do sistema, sendo por sua natureza muito específico, atraiu poucos licitantes, estendendo-se tal restrição ao segundo item, porquanto englobado com o primeiro, o relatorressaltou que, não obstante mais de vinte empresas terem retirado o edital, somente dois consórcios apresentaram propostas. Ao final, o relator propôs e o Plenário decidiu: a) fixar prazo à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde para adotar as providências necessárias à anulação do Pregão Presencial n.º 118/2009 e de todos os atos dele decorrentes; b) determinar a audiência do Diretor de Departamento de Informática do SUS (Datasus), responsável pela elaboração e apresentação do projeto básico (termo de referência) com irregularidades, entre elas a “ausência de divisão do objeto de modo a aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade”. ( Acórdão n.º 1617/2010-Plenário, TC-027.963/2009-2, rel. Min. José Jorge, 07.07.2010).*

Não se pode esquecer que a concentração desses dois serviços em um único objeto diminui a competitividade do certame, desrespeitando o que preconiza o dispositivo do art. 3º, §1º, I, da Lei nº. 8.666/93, o qual preconiza ser inadmissível a inclusão de cláusulas que mitiguem o caráter competitivo do torneio.

Na situação em exame, as cláusulas impugnadas comprometem a competitividade do certame licitatório. Portanto, evidencia-se que no caso em apreço há flagrante afronta à Constituição Federal de 1988, à Lei nº. 8.666/93 e Acórdãos do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reduzindo a competitividade da



licitação.

Com o objetivo de contratar a proposta mais vantajosa, cumpre ao Administrador incrementar a competitividade do torneio, possibilitando, assim, a participação do maior número de licitantes, pois a redução da disputa certamente afeta a economicidade da contratação, prejudicando a escolha da melhor proposta, conforme já se manifestou o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o qual decidiu *que “o rigorismo excessivo, sem conteúdo substancial, pode restringir o número de concorrentes e prejudicar, por via de consequência, a escolha da melhor proposta”*. (TJPR - Ac. 31525 - Ag Instr 0453879-0 - 4ª CCv - Rel. Adalberto Jorge Xisto Pereira - DJPR 7664 de 25/07/2008).

Assim, resta evidenciado que a ausência de divisão do objeto do edital ocasionará prejuízos à vantajosidade do certame, porquanto será indevidamente vedado o acesso de licitantes com amplas condições de ofertar a proposta mais vantajosa para cada licitado. Nesse sentido ensina Carlos Pinto Coelho Motta:

*Como é sabido e exhaustivamente reiterado na legislação, o princípio constitucional da economicidade é a própria razão de ser do instituto da licitação, figurando com destaque no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e exigindo que o procedimento represente vantagem concreta da Administração na contratação do bem ou serviço. [...] Quando, por qualquer motivo, deixa de ser vantajoso para o órgão ou entidade licitadora, perde seu núcleo instrumental e torna-se ineficaz. Cumpre, então, eliminar todo elemento que não favoreça o epílogo necessário do certame – ou seja, a contratação do objeto exato pelo melhor preço. (In. Apontamentos ao regulamento licitatório das microempresas e empresas de pequeno porte – Decreto nº. 6.204/2007. Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC. ed. 166. Brasília. Zênite. Dez/2007, pág 1179)*

Por fim, vale ressaltar que não há no Edital e seus Anexos da licitação justificativa razoável e proporcional para indivisibilidade do objeto. O próprio edital identifica que os serviços podem ser executados por pessoas jurídicas distintas ao admitir o consórcio de

empresas.

Dessa forma, evidencia-se que instrumento convocatório é ilegal, porquanto não executou o devido parcelamento do objeto, prejudicando a participação de um maior número de empresas ao juntar serviços com especialização distintas.

## **VII – DO SISTEMA DE GESTÃO DA SAÚDE**

Especificamente no item que trata do Sistema de Gestão de Saúde, o edital traz algumas incongruências, que passaremos a destacar a seguir, trazendo o item do edital em itálico e as considerações da impugnante em negrito:

*6. Os Sistemas Aplicativos devem ter a mesma empresa como fabricante e não sendo aceitáveis sublicenças. A condição obrigatória de um único fornecedor resguarda-nos os interesses da Contratante, os cuidados para não tornar o ambiente de TI por si só impossível de gerenciar devido à heterogeneidade de tecnologias e fornecedores existentes no mercado.*

**Evidente a restrição da competitividade entre as empresas licitantes, haja vista que a obrigação de se ter apenas uma licença (não aceitando sublicenças), restringe e até direciona o certame.**

*8. Todo o processo necessário relacionado ao Data Center é de responsabilidade da contratada e todos esses recursos computacionais devem atender e focar em desempenho e performance, segurança e disponibilidade. Poderá ser requerido acesso ao dashboard de monitoramento da data center.*

**Outro ponto que chama atenção é o fato de que se o Data Center é de responsabilidade da contratada, o acesso não pode ser requerido pela Contratante.**

*15. Possuir rotinas de backup e restore claras e documentadas para facilitar os procedimentos relativos à segurança dos dados e que alerte ao usuário sobre prazos de efetivação das cópias; este procedimento é de inteira responsabilidade da contratada, pois ela deverá realizar os procedimentos de Backup diários e procedimentos de manutenção no banco de dados*

**Da mesma forma, não há qualquer justificativa para o item supramencionado, visto que a contratada é responsável pelo fornecimento do Data Center.**

*6.16 Deverá estar adequado para as informações necessárias ao sistema SISPRENATAL, mantendo os padrões do Ministério da Saúde;*

**Salta aos olhos a exigência do ente público, que obriga a empresa licitante a estar adequado ao sistema SISPRENATAL, máxime por que este nem é mais utilizado, sendo que foi descontinuado a partir do uso do Sistema E-SUS.**

*6.17 Deverá estar adequado para as informações necessárias ao sistema HIPERDIA, mantendo os padrões do Ministério da Saúde;*

**Igualmente acontece com relação a obrigatoriedade de estar adequado ao sistema HIPERDIA, que também foi descontinuado a partir do uso do Sistema E-SUS.**

*16. Gerar arquivo para o envio de dados para o sistema HIPERDIA a partir dos dados gerenciados pelos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;*

**O sistema HIPERDIA, assim como o SISPRENATAL E HIPERDIA, também foi descontinuado a partir do uso do Sistema E-SUS**

*18. Gerar arquivo para o envio de dados para o sistema SIPNI a partir dos dados gerenciados pelos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;*

**Por fim, o sistema SIPNI, assim como os demais, foi descontinuado a partir do uso do Sistema E-SUS.**

As exigências destacadas evidenciam a inaequação do edital, o que merece ser revisto e corrigido, ao passo que esta a se exigir que as empresas licitantes se adequem a sistemas

que não são mais utilizados, deixando claro a intenção de direcionamento do certame para apenas uma empresa que atende todas as peculiaridades do caso.

## **VIII - PRECIOSISMO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O excessivo preciosismo presente do edital ofende os preceitos Constitucionais constantes do art. 37, da CF, principalmente legalidade e impessoalidade.

Exigir procedimento que será verificado novamente em fase de apresentação prática fere frontalmente o princípio da eficiência, ao passo que se uma situação será praticamente verificada não há necessidade de se repetir o procedimento.

Também se verifica a destinação para que apenas uma empresa atenda ao requisito o que fere frontalmente a impessoalidade, máxime por que alguns dos itens exigidos nem mesmo estão sendo utilizados mais atualmente, o que evidencia que o edital pode ter sido fabricado para uma determinada empresa.

As exigências absurdas relacionadas com Atestado de Capacidade Técnica, que encontramos no edital vai totalmente contra o posicionamento do Tribunal de Contas da União sobre o assunto.

Mas antes de adentrar ao que entende o TCU, vejamos o que determina o Art. 30 da Lei 8.666/93, relativo ao Atestado de Capacidade Técnica:

*Art. 30. A documentação relativa à **qualificação técnica limitar-se-á a** (grifo nosso):*

*I – (...);*

*I – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico **adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação**, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;(grifo nosso).*

*II – (...);*

*IV – (...).*

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **limitadas as exigências a** (grifo nosso): (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

I – (...); (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

II – (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

c) § 2º (...). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º (...).

§ 4º (...).

§ 5º **É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação** (grifo nosso).

§ 6º (...).

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) I – (Vetado).

(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8º (...).

§ 9º (...).

§ 10. (...) (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 11. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 12. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Como podemos observar o Caput do Artigo 30 é bem preciso quando diz “**Limitar-se-á**”, ou seja **nada poderá ser exigido além do que estabelece o artigo 30**. Mas

mesmo assim, os editais continuam a nos surpreender! Vejamos agora alguns posicionamentos do TCU sobre o assunto:

### ***I – Acórdão 330/2005 – Plenário***

#### ***9.3.2.2 – não incluem nos editais (grifo nosso):***

*9.3.2.2.1 – (...);*

*9.3.2.2.2 – (...)*

*9.3.2.2.3 – a exigência do número mínimo de atestados que comprovem a aptidão técnica do licitante, (grifo nosso) em consonância com a alínea “b” do Subitem 7.1.3 do Manual de Convergência de Normas Licitatórias, aprovado pelo Acórdão 946/2004 – Plenário;*

*9.3.2.2.4 – a validade de atestados que comprovem a qualificação técnica dos licitantes vinculada à data de sua expedição, em consonância com a alínea “b” do Subitem 7.1.3 do Manual de Convergência de Normas Licitatórias, aprovado pelo Acórdão 946/2004 – Plenário;*

### ***II – Acórdão 890/2007 – Plenário***

*9.3.3. ao estabelecer exigências para comprovação de aptidão para prestar os serviços, cumpra o disposto no art. 30 da Lei de Licitações e Contratos, em especial nos seus §§ 1º, 3º e 5º, requerendo, para tanto, a apresentação de atestados ou certidões, vedadas as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, (grifo nosso) que inibam a participação da licitação, como a fixação de experiência mínima dos profissionais sem justificativa técnica que a ampare;*

### ***III – Acórdão 1.557/2009 – Plenário***

***9.3. determinar ao Comitê Olímpico Brasileiro que:***

***9.3.1. abstenha-se de celebrar aditivo e/ou prorrogar o contrato decorrente do***

***Processo Seletivo nº 009/2009;***

***9.3.2. em futuras contratações que envolvam recursos públicos federais, incluindo os oriundos do art. 56, § 1º, da Lei 9.615/98:***

**abstenha-se de exigir número mínimo de atestados e/ou limitar tempo para comprovação da realização de serviços**, (grifo nosso) assim como a necessidade de comprovação do vínculo empregatício como requisito referente à qualificação dos profissionais que compõem o quadro da empresa proponente;

#### **IV – Acórdão 2.627/2013 – Plenário**

*Voto do Ministro relator*

6. Quanto a este último ponto, importa repisar que o **atestado de capacidade técnica tem natureza declaratória – e nãoconstitutiva – de uma condição preexistente** (grifo nosso). É dizer que a **data do atestado não possuiu qualquer interferência na certificação propriamente dita**, (grifo nosso) não sendo razoável sua recusa pelo simples fato de ter sido datado em momento posterior à data da abertura do certame. O que importa, em última instância, é a entrega tempestiva da documentação exigida pelo edital, o que, de acordo com o informado, ocorreu.

A Jurisprudência sobre esse assunto já é pacificada e sedimentada, os quais, principalmente o TCU, vedam exigências incoerentes e inadequadas (como exigir a adequação a um sistema federal que nem mesmo se utiliza mais).

Segundo o Parágrafo 1º, do Art. 3º da Lei 8.666/93, é vedado aos agentes públicos:

*I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (grifo nosso).*

A própria Constituição Federal é bem clara, em seu Art. 37, Inciso XXI, quando refere-se a Qualificação Técnica.

**XXI – ... as obras, serviços, compras e alienações serão contratados**



*mediante processo de licitação pública ... , o qual somente permitirá as exigências de **qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifo nosso)*

Conforme se verificou ao longo de toda esta impugnação e mais, a competitividade do certame está sendo prejudicada, eis que a inclusão de características técnicas extremamente específicas afronta a realização da contratação por meio da modalidade Pregão, cuja principal característica é a possibilidade de serem adquiridos bens e serviços COMUNS, ou seja, passíveis de serem ofertados por um grande número de particulares. Assim, da forma como se encontra redigido o instrumento convocatório, a sua anulação é medida para a salvaguarda do interesse público.

## **IX - VIOLAÇÃO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

No que tange a Lei Geral de Proteção de Dados, importa esclarecer que o referido diploma legal, que vigor a Lei 13.709/2018, que tem como principal objetivo proteger os dados dos cidadãos e promover um cenário de segurança jurídica, com a padronização de regulamentos e práticas para promover a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil.

Ocorre que o edital, desconsiderando totalmente as disposições legais, no item 5 do Termo de Referência Anexo I afirma que:

*Possuir rotina com informações funcionais que permita filtrar o cadastro funcional por no mínimo:  
nome, idade, CPF, RG, PIS, título eleitoral, CTPS, CNH, nacionalidade, idade, tipo sanguíneo/fator RH,  
sexo, estado civil, cor dos olhos, cor do cabelo, tipo de aposentadoria, cor da pele, mês da admissão, data de nascimento, cargo, local de trabalho, salário base, dados bancários e telefone; devendo dispor das mesmas informações como colunas.*

Com efeito, a coleta e tratamento de dados deve atender a uma necessidade legítima e expressamente informada ao titular, o que não foi especificado no edital impugnado.

A LGPD estabelece que a coleta e tratamento de dados pessoais deve se limitar ao mínimo necessário para a realização das finalidades pretendidas pela empresa, *in verbis*:

*Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão*

*observar a boa-fé e os seguintes princípios:*

*(...)*

*I - **finalidade**: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;*

*II - **adequação**: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;*

*III - **necessidade**: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;*

Evidente a afronta a lei vigente e ao princípio da legalidade, ao passo que o edital exige que a empresa exerça uma atividade que o diploma legal considera indevido (ilegal).

Tem-se outro princípios descumpridos também, como a não observância aos princípios da finalidade, legalidade, adequação e necessidade, sendo exigido a anulação do presente edital.

Dessa forma, por não respeitar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, deve o presente edital ser anulado haja vista os vícios apontados.

## **X – DA AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Por derradeiro, convém deixar assente que toda licitação promovida pela Administração gera ônus (financeiro, recursos humanos). Assim, só deve ser realizada quando houver relativa certeza de que fará a contratação, e não no caso de haver ‘mera expectativa’, em atenção ao princípio da eficiência, insculpido no art. 37 da Constituição Federal.

A Lei nº 8.666/93 exige para a realização da licitação a existência de "*previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma*", ou seja, a lei não exige a disponibilidade financeira (fato da administração ter o recurso disponível ou liberado), mas, tão somente, que haja previsão destes recursos na lei orçamentária.

Ocorre que, no Edital em análise, não há nenhuma informação quando a previsão dos recursos, a despeito do estabelecido no art. 14 da Lei 8.666/93 que assegura que nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, de modo que sua previsão no edital deve ser inafastável.

Desse modo, a ausência da dotação orçamentária no Edital em análise causa prejuízos à competitividade do certame, e insegurança aos licitantes, devendo tal irregularidade ser corrigida.

## **XI - CONCLUSÃO**

Isso posto, diante de todo o alegado, impõe-se a anulação do Instrumento Convocatório em epígrafe.

Ante o exposto, REQUER a Impugnante seja anulado o Edital do Pregão Presencial nº 052/2021, publicado em 03.11.2021.

Termos em que,

Espera deferimento.

Rio Grande, 11 de Novembro de 2021.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'MRX', is written over the company name.

**MRX TECNOLOGIA LTDA.**